

RESOLVE:

DOAR ao Fundo Municipal de Assistência Social de Treze de Maio, CNPJ: 12.489.912/0001-58, situado na Comarca de Jaguaruna, bens móveis inservíveis ao Poder Judiciário, mediante processo administrativo SEI n. 0028342-45.2024.8.24.0710, nos termos do Art. 76, II, “a”, da Lei 14.133/2021 e Resolução n. 09/2013-GP.

O DIRETOR-GERAL ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLVE:

DOAR ao Município de Maravilha, CNPJ: 82.821.190/0001-72, situado na Comarca de Maravilha, bens móveis inservíveis ao Poder Judiciário, mediante processo administrativo SEI n. 0058971-36.2023.8.24.0710, nos termos do Art. 76, II, “a”, da Lei 14.133/2021 e Resolução n. 09/2013-GP.

A DIRETORA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLVE:

BAIXAR POR INUTILIZAÇÃO o bens móveis inservíveis e irre recuperáveis a este Poder Judiciário, lotados no Foro da comarca de Maravilha, mediante processo administrativo n. 0002079-73.2024.8.24.0710, nos termos do Art. 18º, § 1º, da Resolução n. 09/2013-GP.

A DIRETORA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLVE:

BAIXAR POR INUTILIZAÇÃO o bens móveis inservíveis e irre recuperáveis a este Poder Judiciário, lotados no Foro da comarca de Maravilha, mediante processo administrativo n. 0028159-74.2024.8.24.0710, nos termos do Art. 18º, § 1º, da Resolução n. 09/2013-GP.

O DIRETOR-GERAL ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLVE:

DOAR ao Município de Blumenau, CNPJ: 83.108.357/0001-15, situado na Comarca de Blumenau, bens móveis inservíveis ao Poder Judiciário, mediante processo administrativo SEI n. 0027025-12.2024.8.24.0710, nos termos do Art. 76, II, “a”, da Lei 14.133/2021 e Resolução n. 09/2013-GP.

O DIRETOR-GERAL ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLVE:

DOAR à Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ: 00.058.163/0001-25, em virtude de calamidade pública em decorrência das chuvas que assolam o Estado gaúcho, bens móveis inservíveis ao Poder Judiciário, mediante processo administrativo SEI n. 0021847-82.2024.8.24.0710, nos termos do Art. 76, II, “a”, da Lei 14.133/2021 e Resolução n. 09/2013-GP.

Academia Judicial

Edital

Edital n. 3/2024 - AJ

A ACADEMIA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, por meio de seu diretor-executivo, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que estarão abertas, no período de 26/8/2024 a 15/09/2024 as inscrições para o ingresso no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - EaD - Direito, Processo e Jurisdição: dilemas contemporâneos e perspectivas (Turma 2024/2026), destinado a servidores e magistrados, conforme especificado no processo administrativo eletrônico SEI n. 0029563-63.2024.8.24.0710.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O curso é regido pelas normas estabelecidas no Regulamento Geral do Curso.

1.1.1 O conteúdo programático do curso (Anexo I) será dividido em 3 (três) fases:

- Etapa 01: Nivelamento - Teoria Geral do Processo e da Jurisdição (150 h/a);

- Etapa 02: Aprofundamento:

- Eixo de processo penal: dilemas contemporâneos do processo penal brasileiro (180 h/a) ou

- Eixo de processo civil: perspectivas e problemas no direito processual civil (180 h/a); e

- Etapa 03: Encerramento - O Processo na sua Dimensão Constitucional (30 h/a).

1.2 Serão ofertadas 60 (sessenta) vagas destinadas a:

a) magistrados vitalícios do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) e portadores de diploma de graduação em direito, emitido e reconhecido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC, e

b) servidores efetivos, com estágio probatório concluído e aprovado, e comissionados, com tempo de serviço igual ou superior a 3 (três) anos, vinculados ao PJSC - lotados, preferencialmente, em gabinetes de primeiro ou segundo grau de jurisdição, e portadores de diploma de graduação em direito, emitido e reconhecido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC.

1.3 A Academia Judicial fará um cadastro de reserva com mais 20 (vinte) participantes.

1.4 Após a aula inaugural, não será admitida a desistência do curso, sob pena de reembolso do valor integral da quantia despendida com participante, salvo questões decorrentes de problemas de saúde.

1.5 Para participar do curso, é indispensável que o aluno possua ou tenha acesso a computador com a seguinte configuração mínima: processador com frequência mínima de 2 GHz ou superior, 4 GB de memória RAM (mínimo); placa de vídeo configurada com resolução mínima de 1024 x 768 pixels e 16 milhões de cores (24 bits); placa de som com caixas acústicas (ou fones de ouvido) microfone e webcam; Windows 10 ou versão superior, MacOS (versão 10.7 ou superior) ou Linux; Google Chrome (versão mais recente), Mozilla Firefox (versão mais recente) ou Apple Safari (versão mais recente); Adobe Flash Player (versão mais recente); Adobe Reader (versão mais recente); acesso à Internet, com velocidade mínima de conexão de 10 Mbps; e correio eletrônico (e-mail) institucional e pessoal (domínio a ser informado pela coordenadoria do curso).

2. INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições ocorrerão pelo sistema eletrônico de inscrição da Academia Judicial.

2.2 Por ocasião da inscrição, o participante deverá informar a opção entre os seguintes eixos temáticos: a) processo civil - perspectivas e problemas no direito processual civil e b) processo penal - dilemas contemporâneos do processo penal brasileiro.

2.2 INSCRIÇÃO PARA SERVIDORES (EFETIVOS E COMMISSIONADOS)

2.2.1 No momento da inscrição, o servidor deverá anexar os seguintes

documentos:

- a) diploma de conclusão de curso superior (frente e verso) em arquivo único no formato PDF;
- b) declaração do servidor (efetivo e comissionado) de que aceita os termos deste edital e do regulamento geral do curso, bem como de que o artigo científico versará sobre tema relacionado a alguma das disciplinas ministradas no curso, acompanhada da cessão total de uso do trabalho, em quaisquer de suas modalidades, sem ônus para o PJSC (Anexo II);
- c) declaração do servidor (efetivo e comissionado) de que não sofreu pena de suspensão ou censura nos últimos 2 (dois) anos e de que não está em licença para tratar de assuntos particulares ou à disposição de outro órgão (Anexo II);
- d) declaração do servidor (efetivo e comissionado) de permanência no PJSC pelo período igual ao dobro do benefício usufruído, contado a partir do término do curso, sob pena de responder pela imediata restituição dos valores despendidos pelo PJSC (Anexo II);
- e) declaração do servidor comissionado que deverá restituir os valores de investimento despendidos pelo PJSC em caso de exoneração a pedido antes do cumprimento do tempo mínimo de permanência no PJSC (Anexo II);
- f) declaração do servidor (efetivo e comissionado) de que disseminará mediante aulas e palestras, durante o tempo mínimo de permanência, os conhecimentos adquiridos no curso, quando solicitado pela Academia Judicial (Anexo II); e
- g) concordância do superior hierárquico quanto à participação do servidor no curso, ficando estabelecido que os servidores lotados no Tribunal de Justiça deverão solicitar autorização aos desembargadores (no âmbito jurisdicional), enquanto os servidores da justiça de primeiro grau deverão solicitar autorização ao magistrado e ao superior hierárquico direto.

2.2.2 Não poderá inscrever-se o servidor que:

- a) tenha sofrido pena disciplinar nos últimos 2 (dois) anos;
- b) estiver em licença para tratar de interesses particulares;
- c) estiver à disposição de outro órgão;
- d) possua pendência em relação às obrigações inerentes à bolsa de estudo de graduação ou de pós-graduação já concedida;
- e) possua bolsa de estudo de graduação ou de pós-graduação em andamento;
- f) esteja cumprindo o período de estágio probatório no serviço público; e
- g) possua vínculo de trabalho exclusivamente comissionado com tempo de serviço inferior a 3 (três) anos.

2.2.3 Após o término do prazo de inscrição, a Academia Judicial solicitará informações à Diretoria de Gestão de Pessoas e à Seção de Avaliação e Certificação para as ações e registros de suas competências.

2.3 INSCRIÇÃO PARA MAGISTRADOS

2.3.1 Não poderá inscrever-se o magistrado que:

- a) não houver cumprido o período de vitaliciamento;
- b) estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou tenha recebido punição nos últimos 2 (dois) anos, contados da data da inscrição para habilitação;
- c) apresente decisões ou sentenças pendentes além do prazo legal, sem justificativa adequada;
- d) tenha usufruído de idêntico benefício nos últimos 5 (cinco) anos;
- e) tenha usufruído de bolsa de estudo para o custeio de pós-doutorado no último ano;
- f) esteja usufruindo de bolsa de estudo para o custeio de cursos de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado; e
- g) apresentar baixa produtividade no exercício da função em relação à média das unidades de grupo equivalente.

2.3.2 Por ocasião da inscrição eletrônica, o magistrado deverá anexar os seguintes documentos:

- a) diploma de conclusão de curso superior (frente e verso) em arquivo único no formato PDF;
- b) declaração do magistrado (Anexo III) de que seu artigo científico

versará sobre tema relacionado a alguma das disciplinas ministradas no curso, acompanhada da cessão total e gratuita de uso do trabalho, em quaisquer de suas modalidades, em favor do PJSC;

c) declaração do magistrado (Anexo III) atestando sua permanência no PJSC pelo período igual ao dobro do benefício usufruído, contado a partir do término do curso, sob pena de responder pela imediata restituição dos valores despendidos pelo PJSC; e

d) declaração do magistrado (Anexo III) comprometendo-se a disseminar os conhecimentos adquiridos no curso por meio de aulas e palestras, durante o prazo referido no item anterior, quando solicitado pela Academia Judicial.

2.3.3 Após o término do prazo de inscrição, a Academia Judicial solicitará informações à Corregedoria-Geral da Justiça, à Coordenadoria de Magistrados (Comagis) e à Seção de Avaliação e Certificação, para prestarem as informações de suas alçadas.

2.3.4 A Corregedoria-Geral da Justiça emitirá parecer sobre a compatibilidade da frequência ao curso com o exercício concomitante das atividades judicantes, considerando:

- a) existência ou não de processo administrativo disciplinar instaurado ou de qualquer punição dessa natureza contra o juiz nos últimos 2 (dois) anos, contados da data da apresentação do requerimento;
- b) produtividade do juiz no exercício da função; e
- c) existência ou não de decisões pendentes em processos, com prazo legal esgotado sem a devida justificativa do juiz.

2.3.5 A Coordenadoria de Magistrados informará sobre o cumprimento ou não do período de vitaliciamento pelo juiz.

2.3.6 A Seção de Avaliação e Certificação fornecerá informações sobre a fruição ou não de idêntico benefício pelo magistrado nos últimos 5 (cinco) anos.

2.4 Será eliminado do processo seletivo o interessado que não anexar a documentação solicitada no formulário eletrônico de inscrição.

2.5 O resultado da seleção será publicado na página eletrônica da Academia Judicial.

3 SELEÇÃO

3.1 Em caso de número de inscrições superior ao de vagas, a seleção dar-se-á por meio de sorteio em sistema utilizado pela Academia Judicial.

4 PERÍODO DE AULA

4.1 As aulas serão realizadas no período de 31 de outubro de 2024 a 7 de novembro de 2025.

4.2 Os dias das aulas estão sujeitos a alterações no decorrer do curso, com a devida comunicação aos alunos pela Academia Judicial.

4.3 Caso eventualmente ocorram as aulas síncronas on-line ou presenciais, os alunos estarão liberados de suas atividades profissionais, não se contabilizando o horário excedente como banco de horas.

4.4 Os alunos servidores poderão, durante a sua jornada de trabalho, acessar o ambiente virtual de aprendizagem, por um período não superior a uma hora diária, até o limite de horas previsto para participação das aulas assíncronas on-line, observados o período de sua realização, a prévia ciência da chefia imediata e a conveniência do serviço, na forma da Resolução GP n. 55/2018.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Os assuntos administrativos relativos à inscrição e à seleção do curso serão resolvidos pela Seção de Registros Acadêmicos e Ações Tecnológicas da Academia Judicial.

5.2 Os casos não previstos neste edital e no regulamento geral do curso serão submetidos à Diretoria-Executiva da Academia Judicial. Florianópolis, [data da assinatura digital].

Desembargador Luiz Felipe Schuch

DIRETOR-EXECUTIVO DA ACADEMIA JUDICIAL

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO

DISCIPLINA EMENTA

1 Institutos Fundamentais de Direito Processual Civil Afirmação Histórica do Direito Processual. Direito de Ação. Ação e Jurisdição. Direito de Defesa. Pressupostos Processuais. Acesso à Justiça. Justiça Multiportas.

2 Institutos Fundamentais de Direito Processual Penal Sistemas processuais penais. Sistema acusatório. Sujeitos do processo. Juiz natural. Promotor natural. Relação processual. Direitos de defesa. Ampla defesa e contraditório. Investigação preliminar. Inquérito policial. Órgãos de polícia. Ação penal.

3 História, Escolas e fases metodológicas do Processo Civil brasileiro Formação do Processo Civil Brasileiro - Ordenações - Regulamento 737 - Códigos Estaduais - Código de Processo Civil de 1939 - Código de Processo Civil de 1973 - Código de Processo Civil de 2015; Portugal, Itália, Alemanha, América Latina e Países da Common Law - Influências no pensamento processual civil brasileiro; Escola Paulista, Escola Gaúcha, Escola Mineira, Escola Norte/Nordeste, Escola Crítica; Novas escolas de estudo de Processo: Escola Rio-Espírito Santo; Escola Paranaense; Principais instituições e entidades de estudo de Processo Civil no Brasil contemporâneo. Vertentes liberal e social, privatística e publicística do fenômeno processual e seus principais influxos; Praxismo, processualismo científico, instrumentalismo, formalismo-valorativo, neoprocessualismo

4 Sistema Brasileiro de Precedentes Estudo do sistema de precedentes no Brasil, principalmente a partir do CPC de 2015. Análise dos dispositivos processuais, constitucionais e infraconstitucionais, relevantes que tratam da formação e da aplicação dos precedentes. Discussão sobre a eficácia dos precedentes no ordenamento jurídico brasileiro, bem como das técnicas de distinção, superação e modulação na temática dos precedentes.

5 Processo Civil e seus princípios norteadores A constitucionalização do direito e do processo. O modelo constitucional de processo. O princípio do devido processo constitucional. O princípio da igualdade. O princípio do “juiz natural”. O princípio da inafastabilidade da jurisdição. O princípio do contraditório. Os desdobramentos do princípio do contraditório: boa-fé e cooperação. O princípio da fundamentação das decisões judiciais. O princípio da duração razoável do processo.

6 Princípios de Direito Penal e de Processo Penal Normas. Princípios. Teoria dos Princípios. Princípios constitucionais. Princípios infraconstitucionais. Princípios de Direito Penal. Princípios de Direito Processual Penal. Análise de julgados.

7 Poder Judiciário e Magistratura no Brasil: Organização, Estrutura e Problemas Poder Judiciário e função jurisdicional no Brasil contemporâneo. Organização, estrutura e problemas. Perfil da Magistratura. Desafios qualitativos e quantitativos da Jurisdição. Novas perspectivas para os desafios.

8 Teorias da Jurisdição e da Justiça Jusnaturalismo. Positivismo Jurídico. Pós-positivismo. Substancialismo. Procedimentalismo. Pragmatismo. Teoria Complexa do Direito.

9 A Jurisdição e sua práxis I: Teoria e Prática da Argumentação O problema da fundamentação das decisões judiciais e sua dimensão. O Direito como argumentação. Teorias da argumentação jurídica: Atienza, Dworkin, McCormick, Toulmin, Perelman, Alexy, Peczenik. Razoabilidade e proporcionalidade como reguladores da ponderação. A fundamentação decisória no Brasil - os casos fáceis e difíceis e a chamada cultura parecerista. Como superar a técnica da fundamentação. Fundamentação na prática. O estilo e a postura redacionais.

10 A Jurisdição e sua práxis II: Gestão Judicial e Judiciária Conceitos de Gestão Judicial. Metodologia de produção de decisões. Produção de modelos. Diretrizes de gestão judicial.

11 A Jurisdição e sua práxis III: Interpretação e aplicação do Direito Processual Interpretação da lei e dos atos jurídicos: principais métodos de interpretação e integração das normas jurídicas. Hermenêutica jurídica. Lógica Jurídica. Interpretação da sentença e das decisões judiciais. Fundamentação das decisões judiciais. Princípios de processo civil relacionados à interpretação e aplicação do Direito processual. Aplicação do Direito Processual. Lei Processual no espaço. Lei Processual no tempo. Direito intertemporal em matéria processual. Decisão judicial e modulação de efeitos.

12 Metodologia da Pesquisa O ato de pesquisar. Fontes e dados de pesquisa. Os paradigmas da ciência. Procedimentos metodológicos.

Redação técnico-científica. Linguagem simples em pesquisa.

13 Seminário de Direito Probatório Teoria geral das provas. Direito, fato e prova. Prova e verdade no processo civil. Os sujeitos da prova. Ônus da prova. Objeto da prova. Fatos relevantes, controversos e determinados. Meios de prova. Prova

emprestada. Prova ilícita. Procedimento probatório. Fases do procedimento probatório. Depoimento pessoal e confissão. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Ações probatórias. Audiência de instrução e julgamento.

14 Políticas Criminais e Penitenciárias Brasileiras na contemporaneidade Política criminal e penitenciária. Objetivos e vetores. Criminologia e política criminal. Segurança pública, política judiciária e política penitenciária. Agentes da política criminal e penitenciária. Órgãos de execução penal. Direito penal e direitos humanos.

15 Processo Penal, Garantias Fundamentais e Direitos Humanos 1. Introdução. 2. O processo penal à luz da Constituição Federal de 1988. 3. O Processo Penal à luz do Pacto de São José da Rica. 4. Devido processo legal. 5. Garantias do processo penal (partes; provas; papel do magistrado; processo). 6. Nulidades.

16 Aspectos processuais diferenciados em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher Direito Penal e Processual Penal. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei Maria da Penha. Julgamento com perspectiva de gênero.

17 Aspectos processuais diferenciados em casos de violência contra crianças e adolescentes Direito Penal e Processual Penal. Sistema de Garantias de Direitos Infantojuvenil. Violência contra Crianças e Adolescentes. Lei Henry Borel. Lei da Escuta Protegida.

18 Organizações Criminosas e Processo Penal Direito Penal e Processual Penal. Organizações Criminosas. Técnicas e procedimentos processuais específicos.

19 Leis Penais Especiais: ritos e instrumentos processuais diferenciados Leis penais especiais. Ritos. Benefícios Penais diferenciados. Instrumentos processuais diferenciados.

20 Justiça Penal Negociada e benefícios processuais penais Aspectos históricos da justiça penal negociada no Brasil e modelos estrangeiros; justiça penal negociada na legislação brasileira; Transação penal, suspensão condicional do processo, ANPP, ANPC, Confissão, Colaboração premiada; análise de casos; jurisprudência selecionada.

21 Investigação e Persecução Policial - aspectos práticos Investigação Criminal: conceito; natureza; princípios técnicos. Funções da investigação criminal. Mentalidade investigativa e raciocínio investigativo. Polícia Judiciária e atribuições constitucionais. Gestão de inquérito policial: conceito; características; formas de instauração; diligências investigatórias; conclusão. Medidas cautelares na investigação criminal.

22 Direito Penal Digital, Inteligência e Investigação Criminal Direito Penal Digital ou Informático - conceitos, características, princípios, principais instrumentos normativos e reguladores. Principais Crimes informáticos em espécie. Investigação criminal tecnológica - meios investigativos e de obtenção de provas. Programas e sistemas auxiliares na atuação de órgãos estatais. Tecnologia aplicada à inteligência policial.

23 Provas em Direito Processual Penal Teoria Geral da Prova. Prova e verdade. Verdade formal e verdade material. Prova e convicção. Standards probatórios. Princípios e garantias relacionados à prova. Provas em espécie.

24 Medidas Cautelares Pessoais e Reais no Processo Penal, Prisão e Liberdade Medidas Cautelares Pessoais e Reais no Processo Penal; Prisão e Liberdade.

25 Jurisdição, Competência e Nulidades no Processo Penal Jurisdição processual penal. Do juiz. Da atuação do juiz. Da competência. Dos critérios de fixação. Das nulidades em geral. Hipóteses de nulidade. Jurisprudência dos tribunais.

26 Jurisdição Criminal na prática: atuação nas decisões, audiências e sentenças O curso aborda a jurisdição criminal sob uma perspectiva prática, incluindo a fundamentação de decisões, a condução de audiências e a elaboração de sentenças. Serão discutidos os aspectos

normativos, bem como a aplicação prática através da análise de casos concretos.

27 Prática da Execução Penal Conceito e princípios da Execução Penal. Lei de Execuções Penais. Corregedoria dos Estabelecimentos Penais e Interdição. Trabalho, direitos e deveres do apenado. Remição. Detração. Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. Livramento condicional. Superlotação e Súmula Vinculante n.º 56. Medidas de segurança e Resolução CNJ n.º 487/2023. Penas substitutivas (art. 44 do Código Penal). Suspensão condicional da pena. Pena de multa. Indulto e comutação de penas. Difusão Vermelha (red notice) e cooperação internacional.

28 Efetividade e Processo Civil Efetividade e processo. Macro e micro gestão processual. Acesso à Justiça e releitura do interesse processual. Flexibilização da técnica processual e do procedimento. Negócios jurídicos processuais. Precedentes, encurtamentos procedimentais e consequências do não atendimento deles pelas partes. Meios executivos e efetividade.

29 Processo Civil e Participação: dimensões do contraditório Direito processual civil. Participação processual. Princípio do contraditório. Vedação às decisões-surpresa. Questões jurisprudenciais.

30 Segurança Jurídica e Processo 1. Coisa julgada: eficácia negativa, positiva e preclusiva. 1.1. Ampliação dos limites objetivos (CPC, art. 503, §§ 1º e 2º). 1.1.1 Requisitos para que as questões prejudiciais sejam cobertas pela coisa julgada. 1.1.1.1 Questão de que dependa o julgamento do mérito. 1.1.1.2 Contraditório prévio e efetivo. 1.1.1.3 Revelia e ampliação dos limites objetivos 1.1.1.4 Competência absoluta 1.1.1.5 Inexistência de restrições probatórias. 1.1.1.6 Inexistência de limitação cognitiva. 1.2. Ampliação dos limites subjetivos (CPC, art. 506). 2. Preclusão. 2.1. Preclusão consumativa. 2.2 Preclusão temporal. 2.3 Preclusão lógica. 2.4. A coisa julgada formal, julgamento antecipado parcial do processo e preclusão. 2.5. Preclusões dinâmicas 3. Estabilização da tutela antecipada. 3.1. Estabilização ou imutabilização? 3.2. Quando deve ocorrer o aditamento? 3.3. O réu deve recorrer ou pode responder? 3.4. A liminar “regular” em antecipação de tutela pode ser estabilizada? 3.5. Outras questões procedimentais. 4. Boa-fé. 4.1. Boa-fé subjetiva. 4.2. Boa-fé objetiva. 4.3. Boa-fé e vinculação: questões práticas. 5. Precedentes: do common law ao Brasil. 5.1 Da jurisprudência persuasiva aos precedentes vinculantes. 5.2 Há um sistema de precedentes brasileiro? 5.3 Quais decisões são vinculantes? 5.4 Como funciona a reclamação? 6. Processo e segurança jurídica: para onde vamos? 6.1. Meios alternativos de resolução de conflitos e segurança: estaria aqui a solução? 6.2. Contemporaneidade e segurança: pontos de tensão.

31 Proibidade e Boa-fé nas relações processuais Acesso “resolutivo” à Justiça por meio de processo dialogal, efetivo, seguro e leal. Panorama geral sobre comportamentos processuais de má-fé no Processo Civil brasileiro contemporâneo. As consequências da má-fé processual. Dissuasão de comportamentos ímprobos e mitigação de danos causados por atos de má-fé processual

32 Tutela provisória e da gestão do tempo no processo A disciplina visa aprofundar conhecimentos sobre a tutela provisória no âmbito do novo Código de Processo Civil (CPC), com foco na otimização da gestão do tempo processual. Serão abordados os principais instrumentos previstos na lei, bem como as técnicas e ferramentas para uma gestão eficiente do tempo processual, visando à célere resolução dos conflitos.

33 Cognição do Juiz no Processo Civil Racionalidade na cognição dos fatos e do direito. Iura novit curia? Estado cognitivo comunitário. Diferenciação entre conhecer e decidir. Fenômenos que implicam cognição sem decisão. Flexibilização da cognição, tendo como consectário um perfil de cognição flexível, adequada e ad actum.

34 Saneamento e organização do Processo O juiz na condução do processo rumo à decisão. A atividade saneadora permanente, a cooperação e a técnica no saneamento concentrado e na organização do processo.

35 Sentença Civil: tópicos destacados A sentença ao longo da história processual brasileira. A legitimidade democrática do Poder Judiciário,

enquanto poder encarregado da jurisdição. Elementos da sentença. Institutos adjacentes relacionados à sentença.

36 Ferramentas do Direito Processual nas áreas de seguro, responsabilidade e contratos Direito Civil. Direito Processual Civil. Contratos. Teoria geral dos contratos. Contratos em espécie. Direito dos Seguros. Responsabilidade Civil. Questões jurisprudenciais.

37 Ferramentas do Direito Processual no Direito Imobiliário e Empresarial Ações possessórias. Ações de resolução, resilição e revisão de contratos imobiliários. Embargos de Terceiro envolvendo bens imóveis. Ação de divisão de terras particulares. Ação de demarcação de terras particulares. Execução em contratos imobiliários. Execução civil e Direito imobiliário. Arrematação de bens imóveis em leilões judiciais. Negócios jurídicos processuais em matéria de direito Imobiliário.

38 Vicissitudes e oportunidades na Execução Penal A execução civil no contexto dos direitos fundamentais. Teoria Geral da Execução: princípios processuais executivos (teoria e prática). Procedimentos executivos: aplicações práticas e controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais. Aspectos controvertidos da teoria das impenhorabilidades. Vicissitudes no regime de defesa do executado. Novas tendências na execução civil.

39 Processo civil e sua relação com o Direito de Família e de Sucessões Conflitos do Direito de Família e do Direito das Sucessões e as suas plataformas processuais no CPC. Adequação da relação Direito Material e Direito Processual. Jurisdição Multiportas. Transporte de técnicas.

40 Juizados Especiais Cíveis Acesso à justiça. Juizado Especial Cível. Princípios do processo civil contemporâneo e do juizado Especial Cível. Teoria do Tribunal Multiportas. Construção do procedimento adequado. Processo de execução no Juizado Especial Cível. Dever de cooperação do juiz.

41 Fazenda Pública em Juízo 1. Conceito de Fazenda Pública; 2. A positivação da Advocacia Pública na Constituição Federal e no Código de Processo Civil; 3. Razões justificadoras das prerrogativas processuais; 4. Prazos Diferenciados; 5. Intimação Pessoal; 6. Fazenda Pública enquanto sujeito do processo; 7. Honorários sucumbenciais nas demandas envolvendo o poder público; 8. Tutela Provisória contra a Fazenda Pública; 9. Medidas Atípicas envolvendo o poder público; 10. Remessa Necessária; 11. Cumprimento de Sentença e Execução contra a Fazenda Pública; 12. Suspensão de Liminar, Tutela e Segurança; 13. Negócios Processuais envolvendo o poder público; 14. Autocomposição e Fazenda Pública; 15. Arbitragem e Fazenda Pública; 16. Fazenda Pública e Juizados Especiais; 17. Precedentes e Fazenda Pública.

42 Litígios Coletivos Evolução do sistema de tutela jurisdicional: do individual ao coletivo; fonte histórica, evolução legislativa e principais instrumentos normativos da tutela coletiva de direitos; direitos transindividuais homogêneos; direitos coletivos; ação civil pública; ação popular; ação de improbidade; ação civil coletiva; papel do Ministério Público e da Defensoria Pública; demandas e recursos repetitivos e seu adequado tratamento; Processo estrutural; Medidas judiciais estruturantes; Políticas Públicas e Poder Judiciário: entre o ativismo e a autocontenção.

43 O processo na sua dimensão constitucional Acesso à Justiça. Acesso aos direitos. Acesso aos Tribunais. Devido processo legal como direito fundamental ao processo justo. Efetividade processual, técnicas e adequação de formas de tutela jurisdicional. Movimento de Acesso à Justiça e desafios históricos. Desafios contemporâneos do Acesso à Justiça. Novas tecnologias e acesso à justiça: desafios do porvir. Cortes de Justiça e Cortes Constitucionais: conceitos, funções e objetivos Jurisprudência, súmula, precedente - da persuasão à vinculação; Distinções e superação de precedentes; conteúdo vinculante do precedente. Coerência e integridade na aplicação de precedentes e na atuação decisória do Judiciário. Modelo constitucional do direito processual Civil. Direitos Fundamentais. Tutela jurisdicional. Neoconcretismo. Aplicações. Desafios. Controle de constitucionalidade e diálogo institucional. Repercussão geral e o uso virtuoso do poder de não decidir. Tipos de decisão constitucional. Precedente constitucional. Modulação dos efeitos temporais no STF. Controle

abstrato de constitucionalidade. Fatos constitucionais: o que são e as técnicas para sua cognição pela Suprema Corte. Sistema multiportas de acesso à justiça: Panorama histórico e características fundamentais. Formas autocompositivas e heterocompositivas de solução de conflitos jurídicos. Arbitragem. Conciliação. Mediação. Negociação.

ANEXO II

DECLARAÇÃO (servidor)

Pelo presente instrumento, eu, _____, para fins do processo seletivo do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - EaD - Direito, Processo e Jurisdição: dilemas contemporâneos e perspectivas (Turma 2024/2026), declaro que:

- o trabalho de conclusão de curso versará sobre tema relacionado a alguma das disciplinas ministradas no curso, acompanhada da cessão total e gratuita de uso do trabalho, em quaisquer de suas modalidades, em favor do PJSC;

- assumo total responsabilidade pelo aporte substancial, ideológico e referencial conferido ao trabalho que apresentarei, isentando a coordenação do curso, o orientador, o avaliador e a Academia Judicial de qualquer reflexo decorrente do trabalho de conclusão de curso;

- estou ciente de que poderei responder queer administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado do trabalho de conclusão;

- permanecerei no PJSC pelo período igual ao dobro do benefício usufruído ou, no caso de aposentadoria, cumprirei esse período em atividades de ensino na Academia Judicial, sob pena de responder pela imediata restituição dos valores despendidos pelo PJSC (servidor efetivo);

- deverei restituir os valores de investimento despendidos pelo PJSC em caso de exoneração a pedido antes do cumprimento do dobro do período em que usufruir do benefício (servidor comissionado);

- disseminarei os conhecimentos adquiridos no curso por meio de aulas e palestras, quando solicitado pela Academia Judicial, durante o período mínimo de permanência; e

- não soufui pena de suspensão ou censura nos últimos 2 (dois) anos e não estou em licença para tratar de assuntos particulares ou à disposição de outro órgão.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

Florianópolis, (data).

DECLARANTE (nome e matrícula)

ANEXO III

DECLARAÇÃO (magistrado)

Pelo presente instrumento, eu, _____, para fins do processo seletivo do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - EaD - Direito, Processo e Jurisdição: dilemas contemporâneos e perspectivas (Turma 2024/2026), declaro que:

- o trabalho de conclusão de curso versará tema relacionado a alguma das disciplinas ministradas no curso, acompanhada da cessão total e gratuita de uso do trabalho, em quaisquer de suas modalidades, em favor do PJSC;

- assumo, desde logo, total responsabilidade pelo aporte substancial, ideológico e referencial conferido ao trabalho que irei apresentar, isentando a coordenação do curso, o orientador, o avaliador e a Academia Judicial de todo e qualquer reflexo acerca do trabalho de conclusão de curso;

- estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado do trabalho de conclusão;

- permanecerei no PJSC pelo período igual ao dobro do benefício usufruído, contado a partir do término do curso e, em caso de aposentadoria, cumprirei esse período em atividades de ensino na Academia Judicial, sob pena de devolver os valores despendidos pelo PJSC; e

- disseminarei os conhecimentos adquiridos no curso por meio de aulas e palestras, quando solicitado pela Academia Judicial, durante o período mínimo de permanência.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

Florianópolis, (data).

DECLARANTE (nome e matrícula)

Regulamento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

Regulamento GERAL DO CURSO

A Diretoria-Executiva da Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina, nos termos do art. 52 de seu Regimento Interno - Resolução GP n. 32/2024 -, considerando o projeto pedagógico do curso especificado no processo administrativo eletrônico n. 0029563-63.2024.8.24.0710, regulamenta o curso de pós-graduação lato sensu intitulado "Direito, Processo e Jurisdição: dilemas contemporâneos e perspectivas (Turma 2024/2026)".

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Os servidores e magistrados inscritos no curso concordam com os termos e as obrigações estabelecidas neste regulamento.

Parágrafo único. A forma de ingresso no curso será regida pelas normas constantes em edital.

Art. 2º O curso terá carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula (h/a), conforme o projeto pedagógico, distribuída da seguinte forma:

I - etapa 01: Nivelamento - Teoria Geral do Processo e da Jurisdição (150 h/a);

II - etapa 02: Aprofundamento:

a) eixo de processo penal: dilemas contemporâneos do processo penal brasileiro (180 h/a) ou

b) eixo de processo civil: perspectivas e problemas no direito processual civil (180 h/a); e

III - etapa 03: Encerramento - O Processo na sua Dimensão Constitucional (30 h/a).

Art. 3º As aulas on line serão disponibilizadas de forma gradual e acontecerão nos ambientes virtuais de aprendizagem da Academia Judicial (Teams e Moodle).

Art. 4º O aluno deverá cumprir todas as obrigações previstas pelo professor das disciplinas, sob pena de reprovação no curso.

Art. 5º As aulas serão realizadas no período de 31 outubro de 2024 a 7 de novembro de 2025.

Art. 6º As disciplinas do curso serão ministradas por meio de aulas virtuais, podendo ser síncronas ou assíncronas, leituras e atividades disponibilizadas na plataforma virtual de ensino.

Art. 7º Além dos professores de cada disciplina, o curso contará com o apoio pedagógico de tutores, os quais ficarão disponíveis para interagir com os alunos.

Art. 8º Terminado o período de aulas previsto no artigo 5º deste regulamento, o aluno terá 60 (sessenta) dias para a elaboração de trabalho de conclusão de curso.

Art. 9º Os seminários ocorrerão nas dependências do Poder Judiciário Catarinense.

Art. 10. Os dias, horários e local das aulas estão sujeitos a alterações no decorrer do curso, com a devida comunicação aos alunos pela Academia Judicial.

Art. 11. No caso de impossibilidade de realização de aula síncrona por questão de ordem tecnológica, a Academia Judicial comunicará oportunamente os alunos acerca da definição de nova data.

Art. 12 A participação do aluno no seminário presencial do curso garante o recebimento de diárias e o ressarcimento de despesas com locomoção, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O aluno que, no período de aulas presenciais, estiver afastado de suas funções por férias, licença ou outros motivos não poderá perceber quaisquer tipos de benefícios, como diárias ou ressarcimento das despesas de locomoção.

CAPÍTULO II

Verificação, Condições de Aproveitamento e Certificação

Art. 13. O índice de aproveitamento de cada disciplina observará a seguinte tabela:

I - A = 9,0 - 10,0 (Excelente);